

# Medida Provisória nº 512, de 2010

1

Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997	Medida Provisória nº 512, de 2010
Estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva.
	<b>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b> , no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
	Art. 1º A Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:
	“Art. 11-B. As empresas referidas no § 1º do art. 1º, habilitadas nos termos do art. 12, farão jus a crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, como ressarcimento das contribuições de que tratam as Leis Complementares nºs 7, de 7 de setembro de 1970, e 70, de 30 de dezembro de 1991, desde que apresentem projetos que contemplem novos investimentos e a pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos ou novos modelos de produtos já existentes.
	§ 1º Os novos projetos de que trata o <b>caput</b> deverão ser apresentados até o dia 29 de dezembro de 2010, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.
	§ 2º O crédito presumido será equivalente ao resultado da aplicação das alíquotas do art. 1º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, sobre o valor das vendas no mercado interno, em cada mês, dos produtos constantes dos projetos de que trata o <b>caput</b> , multiplicado por:
	I - 2 (dois), até o 12º mês de fruição do benefício;
	II - 1,9 (um inteiro e nove décimos), do 13º ao 24º mês de fruição do benefício;
	III - 1,8 (um inteiro e oito décimos), do 25º ao 36º mês de fruição do benefício;
	IV - 1,7 (um inteiro e sete décimos), do 37º ao 48º mês de fruição do benefício; e

Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997	Medida Provisória nº 512, de 2010
	V - 1,5 (um inteiro e cinco décimos), do 49º ao 60º mês de fruição do benefício.
	§ 3º Fica vedado o aproveitamento do crédito presumido previsto no art. 11-A nas vendas dos produtos constantes dos projetos de que trata o <b>caput</b> .
	§ 4º O benefício de que trata este artigo fica condicionado à realização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região, inclusive na área de engenharia automotiva, correspondentes a, no mínimo, dez por cento do valor do crédito presumido apurado.
	§ 5º Sem prejuízo do disposto no § 4º do art. 8º da Lei nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, fica permitida, no prazo estabelecido no § 1º, a habilitação para alteração de benefício inicialmente concedido para a produção de produtos referidos nas alíneas “a” a “e” do § 1º do art. 1º da citada Lei, para os referidos nas alíneas “f” a “h”, e vice-versa.
	§ 6º O crédito presumido de que trata o <b>caput</b> extingue-se em 31 de dezembro de 2020, mesmo que o prazo de que trata o § 2º ainda não tenha se encerrado.” (NR)
	Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.